



RELATÓRIO FINAL

Processo Administrativo Disciplinar (ou Sindicância) n°: _____

Acusado: _____

Nº Funcional: _____

Cargo: _____

Assunto: _____

INTRODUÇÃO

A primeira parte do relatório deverá exibir, ao menos, as informações gerais sobre a instauração do procedimento, a identificação da Comissão Processante, a identificação do servidor envolvido, a duração dos trabalhos, a origem e o fato investigado. O texto disposto a seguir é meramente exemplificativo, devendo ser utilizado como inspiração, passível de alteração em razão de situações advindas do caso concreto:

Trata-se do _____ (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) n° _____, instaurado (a) por intermédio do (a) _____ (descrição, número e data de publicação do ato que instaurou o PAD, ou fazem menção à página de autorização da SINP), tendo por objetivo apurar _____ (indicar, de forma sucinta, a suposta irregularidade, além do nome e matrícula do servidor envolvido, quando houver).

O (a) presente _____ (informar o nome do procedimento correcional) se originou de _____ (referenciar a origem. Exemplo: manifestação de ouvidoria n°, representação formulada por _____ etc.).

Por distribuição, conforme _____ (informar a página ou a peça processual em que a autoridade competente distribuiu o procedimento), em ___ (dia) de _____ (mês)



de ____ (ano) foram os autos recebidos pela _____ (referenciar a comissão processante ou os servidores designados para atuar no processo), que passou a avaliar o caso, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 46/94 e demais delineamentos previstos na legislação em vigor.

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Nesta parte, serão previstas todas as formalidades relevantes, os fatos, as providências de apuração adotadas e a síntese das informações obtidas. Da mesma forma que no item anterior, o texto disposto a seguir é meramente exemplificativo, devendo ser utilizado como inspiração, passível de alteração em razão de situações advindas do caso concreto:

Em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), a comissão processante iniciou seus trabalhos, conforme se infere na Ata de Instalação e Deliberações colacionada às fls. ____, tendo adotado como providências iniciais: _____ (indicar as providências adotadas).

Em seguida, a Comissão Processante notificou o servidor acusado em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), conforme fls. ____, dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do presente _____ (processo administrativo disciplinar ou sindicância), além de ter-lhe fornecido cópia das fls. __ a ____ dos autos.

O acusado apresentou defesa prévia em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), conforme fls. ____, ocasião na qual requereu a produção de prova _____ (informar as provas requeridas pelo acusado; exemplos: testemunhal, pericial), trazendo em anexo cópia dos documentos a seguir relacionados: _____ (especificar documentação apresentada).



Nos termos da Ata de Deliberação nº ____, de __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), constante às fls. ____ dos autos, foram expedidos os ofícios _____ (especificar os ofícios expedidos e os órgãos destinatários) e determinadas as seguintes providências: _____ (especificar as providências complementares eventualmente deliberadas).

Posteriormente, a Comissão Processante designou as datas das oitivas das testemunhas, tendo sido o acusado devidamente intimado acerca de tal ato em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), conforme fls. ____.

Prosseguindo no feito, a Comissão Processante promoveu a oitiva das testemunhas a seguir mencionadas, _____ (indicar: na presença do acusado e de seu procurador constituído ou ausente o acusado, embora regularmente intimado): servidor _____ (nome da testemunha), _____ (cargo); servidor _____ (nome da testemunha), _____ (cargo); servidor _____ (nome da testemunha), _____ (cargo); etc.

Foram produzidas outras provas consubstanciadas em: _____ (descrever eventuais provas produzidas)

O acusado foi intimado acerca da data da realização do interrogatório em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), conforme fls. ____.

O interrogatório do acusado foi realizado em __ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), na presença do procurador constituído (se for o caso), conforme fls. ____.

Posteriormente, a Comissão Processante se reuniu e deliberou por _____ (elaborar o Termo de Indiciação do acusado, enquadrando suas condutas no (s) art. (s). ____ da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994 ou não promover a indicição do acusado), conforme fls. ____.



A citação do acusado foi realizada em ___ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), de acordo com as fls. ____, sendo-lhe aberto o prazo para apresentação de defesa escrita.

O acusado apresentou defesa escrita tempestivamente, em ___ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano), conforme fls. ____.

DEFESA ESCRITA

O presente item só deverá constar em relatórios advindos de procedimentos correccionais em que tenha ocorrido o indiciamento do servidor processado. Deverá conter um resumo dos argumentos substanciais apresentados pela defesa. Da mesma forma que nos itens anteriores, o texto disposto a seguir é meramente exemplificativo, devendo ser utilizado como inspiração, passível de alteração em razão de situações advindas do caso concreto:

Em atendimento ao Mandado de Citação recebido, a servidora indiciada apresentou defesa escrita, por intermédio do seu defensor, aduzindo, resumidamente, que:

- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____

(Inserir de forma organizada, em tópicos, os principais argumentos lançados na peça de defesa)

PARECER DA COMISSÃO

Trata-se do tópico mais importante do relatório, em que o colegiado apresentará a convicção em relação ao caso.



Nas hipóteses de não indiciamento do servidor processado, deverão ser apontadas nos autos as provas e lançados os argumentos que fundamentam a sugestão de absolvição e arquivamento do procedimento.

Quando o servidor processado tiver sido indiciado, deverão ser analisadas as teses alinhavadas pela defesa escrita, abordando os aspectos a seguir elencados: apreciação das questões preliminares referidas na defesa; análise de cada argumento de mérito aduzido pela defesa, com base nas provas juntadas, para refutá-los ou acatá-los com a devida motivação; entendimento conclusivo pela absolvição ou responsabilidade do servidor quanto ao fato descrito no termo de indiciamento.

Em caso de responsabilização do indiciado, será apontado o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como delineada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais. Também deverão constar as circunstâncias agravantes ou atenuantes observadas no caso.

Da mesma forma que nos itens anteriores, o texto disposto a seguir é meramente exemplificativo, devendo ser utilizado como inspiração, passível de alteração em razão de situações advindas do caso concreto:

O objeto do presente _____ (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) se relaciona a _____ (resumo dos fatos).

Preliminarmente, a defesa escrita do servidor acusado alega _____ (inserir eventuais arguições preliminares). Sobre o ponto, esta Comissão Processante entende _____, conforme _____.

Superada a avaliação da preliminar, passa-se a análise dos pontos elencados pela defesa, em cotejo aos elementos probatórios disponíveis.

Em relação ao primeiro ponto apresentado, relacionado a _____, esta Comissão Processante entende _____, conforme _____.



No que tange ao segundo item da defesa, relacionado a _____, esta Comissão Processante entende _____, conforme _____.

(...)

Por fim, a defesa ainda alega _____. Sobre o argumento lançado, esta Comissão Processante entende _____, conforme _____.

Ainda em relação ao caso, a jurisprudência pátria é majoritária no sentido de _____, conforme se extrai dos julgados _____.

Diante dos elementos probatórios colhidos no âmbito do inquérito administrativo, assim como da fundamentação elencada, este colegiado forma a convicção pela _____ (responsabilidade ou absolvição) do (a) servidor (a) _____, número funcional _____, na prática de irregularidade (s) enquadrada (s) no _____ (incluir os eventuais artigos e incisos da Lei Complementar nº 46/94, ou outra norma legal que prevê hipótese de infração disciplinar, nos casos em que a convicção do colegiado tiver sido pela responsabilidade do agente público processado).

Caracterizada a responsabilização, torna-se necessária a avaliação da conduta irregular para fins de delineamento da penalidade a ser imposta, nos moldes do artigo 243 da Lei Complementar nº 46/94.

A natureza da conduta pode ser classificada como _____ (culpa leve, erro grosseiro, culpa grave ou dolo), em razão de _____.

A gravidade do caso pode ser considerada _____ (baixa, média ou alta), em razão de _____.

Observa-se que a conduta verificada ocasionou dano _____ (baixo, médio, alto, ou informar a inexistência de dano) à Administração Pública Estadual, uma vez que _____.



Em consulta aos assentamentos funcionais do (a) servidor (a), foram verificados os seguintes registros de antecedentes positivos: _____. Da mesma forma, também constam os seguintes registros de antecedentes de cunho negativo: _____.

Por fim, em relação ao caso incide (m) a (s) hipótese (s) agravante (s) disposta (s) no (s) inciso (s) _____, art. 244, assim como a (s) hipótese (s) atenuantes (s) prevista (s) no (s) inciso (s) _____, art. 245, todos da Lei Complementar nº 46/94.

CONCLUSÃO

A parte final do relatório deve ser dedicada aos encaminhamentos propostos pelo colegiado. Deverão constar neste trecho a sugestão de arquivamento ou da penalidade administrativa a ser aplicada, as eventuais recomendações visando ao aprimoramento da gestão administrativa e dos procedimentos adotados no órgão público, assim como os encaminhamentos a órgãos e entidades de controle interno e externo, de acordo com a necessidade verificada durante a instrução processual. Da mesma forma que nos itens anteriores, o texto disposto a seguir é meramente exemplificativo, devendo ser utilizado como inspiração, passível de alteração em razão de situações advindas do caso concreto:

Ante o exposto, diante da ausência de fatos capazes de configurar falta funcional por parte do servidor _____ (nome do acusado), _____ (cargo), número funcional _____ lotado no órgão _____, esta Comissão Processante propõe o arquivamento do presente _____ (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância).

Ou



Ante o exposto, considerando que o conjunto probatório acostado aos autos demonstrou, de forma cabal, que o servidor _____ (nome do acusado), _____ (cargo), número funcional _____ lotado no órgão _____, cometeu a (s) infração (ões) prevista (s) no (s) _____ (informar o enquadramento) da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, sugere-se a aplicação da penalidade de _____ (indicar a penalidade), conforme preceitua o art. _____ da mesma Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994.

Em razão das fragilidades evidenciadas e com o intuito de mitigar o risco de recorrência deste tipo de conduta irregular, propõe-se a adoção das seguintes medidas: _____.

Por fim, em razão da gravidade dos fatos apurados, sugere a Comissão Processante os seguintes encaminhamentos adicionais: _____.

Encerrados os trabalhos, encaminhamos os presentes autos para que sejam submetidos à decisão de autoridade instauradora, nos termos do art. 270 da Lei Complementar nº 46 de 31/01/1994.

Vitória, __ de _____ de _____.

(Nome)

Presidente de Comissão Processante

(Nome)

Membro de Comissão Processante

(Nome)

Membro de Comissão Processante